

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

CLARK (J. Desmond). (sob a direção de). — *Atlas of African Prehistory*. University of Chicago Press. Chicago. 1967. 12 mapas e 38 *overlays*.

Significativa sob todos os aspectos é a publicação que a University of Chicago Press nos oferece — *Atlas of African Prehistory* —, editado em 1967 e compilado por J. Desmond Clark. Englobando 12 mapas e 38 *overlays* fornece visão sucinta e precisa das várias perspectivas de abordagem relacionadas com a pré-história e do estágio de seu conhecimento no continente africano.

Na escala de 1:20.000.000 encontram-se mapas representativos da topografia, geologia, solos, precipitações e vegetação atuais, além de cartas mostrando a distribuição hipotética das precipitações e formações vegetais considerando valores pluviométricos na base de 50% ou 150% em relação aos atuais. Na mesma escala encontramos *overlays* representando a drenagem, a distribuição de várias moléstias (malária, tripanosomiasis humana e do gado), da fauna pleistocênica e dos inúmeros jazimentos arqueológicos ligados às várias idades e culturas pré-históricas africanas. Todos os mapas e *overlays* resultam da cooperação de especialistas, particularmente de pesquisadores das ciências naturais e arqueológicas, em função dos trabalhos apresentados no *Pan-African Congress on Pre-History and Quaternary Studies*, realizado em 1965 nos Estados Unidos.

Os acontecimentos abrangidos pela Pré-história vinculam-se a um verdadeiro cadinho científico, no qual se interrelacionam várias ciências. Em outras palavras, é a pesquisa e o conhecimento do Quaternário (que os russos denominam de Antropógeno) que encontramos no âmago dos trabalhos em andamento. Nas pesquisas concernentes a este curto espaço de tempo geológico, nenhuma ciência é auto-suficiente, havendo necessidade de estar sempre em contacto com as inovações técnicas e o desenvolvimento das pesquisas nos ramos científicos conexos.

O *Pan African Congress on Pre-History and Quaternary Studies*, do qual resultou a feitura do atlas, é prova dessa união científica. O folheto guia compilado por J.D. Clark assinala que “o fator mais influente na vida dos homens primevos foi o ambiente no qual eles viveram” e que “existe estreita relação entre a cultura e os ambientes na África em todos os períodos”. Estas citações não denunciavam fatos novos, mas perspectivas resultantes de numerosos trabalhos e que devem sempre ser lembradas, pois foram elas que originaram a estruturação do Atlas. Os mapas iniciais demonstram as características do quadro natural africano, enquanto os *overlays* representando a distribuição das moléstias, das faunas pleistocênicas e das várias indústrias líticas podem a eles ser sobrepostos. Por outro lado, os mapas relacionados com a distribuição hipotética das precipitações e da vegetação (que não se baseiam somente na redução proporcional da pluviosidade, mas em estudos ecológicos e paleoecológicos) são verdadeiras contribuições à paleogeografia africana quaternária, pois as oscilações climáticas em seu território giraram em torno da quantidade e regimes pluviométricos, ocasionando períodos secos e pluviais, e visualizam os quadros naturais em que viveram os povos antepassados.

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

No tocante aos estudos pré-históricos, e aos estudos do quaternário em geral, as regiões semi-áridas do Norte da África são melhor conhecidas que as áreas úmidas e florestadas. Considerando a presença das oscilações climáticas quaternárias, julgamos que elas sejam as principais responsáveis pelas migrações das faunas, floras e homens. Pensamos que o desaparecimento de determinadas culturas líticas, em certo lugar, pôde ocorrer devido às oscilações climáticas. A migração humana tinha chance de movimentar-se de acôrdo com as alterações ambientais, ocasionando a possibilidade de encontrarmos culturas semelhantes em espaços e tempos diferentes. Todavia, a paleogeografia quaternária ainda sente falta de dados para elucidar tôdas essas variações.

Ao consultar o *Atlas of African Prehistory* podemos lamentar a pequena escala adotada nos mapas e *overlays*. Todavia, compreende-se perfeitamente tal procedimento dos autores responsáveis, na tentativa de fornecer um quadro geral e homogêneo da Pré-história africana. O objetivo foi alcançado com amplos méritos, servindo como documentação básica para o estudo do Quaternário africano. Por último, não poderíamos deixar de consignar os devidos elogios à perfeita apresentação gráfica elaborada pela *University of Chicago Press*.

ANTÔNIO CRISTOFOLETTI

* *
*

CARR (E.H.). — *What is History?* Penguin Books Ltd., Harmondswrth, Middlesex, 1964, 150 p.

Autor de muitos trabalhos sôbre história, inclusive a *History of Russia*, em três volumes, E. H. Carr, de Trinity College, Cambridge, define a função da História e do historiador numa série de palestras proferidas na Universidade de Cambridge.

A resposta à pergunta “O que é a história?” não é simples, “porque reflete, consciente ou inconscientemente nossa posição no tempo e faz parte da nossa resposta à questão mais ampla de qual a visão que temos da sociedade em que vivemos” (p. 8).

Como é que o historiador escolhe seus fatos? Nossa visão da Grécia antiga é completa? No primeiro capítulo, *The Historian and his Facts*, Carr tenta responder estas e outras perguntas através do tema central do trabalho: “a história é o estudo do passado a fim de melhor entender o presente, e é também o estudo do presente a fim de melhor compreender o passado.” Segundo Carr, êsses “estudos” têm a função de fornecer linhas de ação para o futuro. Nesta perspectiva, o historiador escolhe seus fatos num diálogo sem fim entre êle mesmo e seus fatos.

No segundo capítulo, o autor continua com êsse mesmo pensamento central, porém analisando-o em relação à “sociedade e o indivíduo”. O homem é moldado pela sociedade e ajuda a moldar a sociedade. O homem é necessariamente uma parte da sociedade; a idéia de que alguns protestam contra a sociedade é falsa — o protesto é contra certos grupos dentro da sociedade. Carr também declara que a história não é feita por homens famosos.

"The great man of the age is the one who can put into words the will of his age, tell his age wath its will is, and accomplish it. What he does is the heart and essence of his age; he actualizes his age" (p. 54).

O autor considera êste último ponto importante porque implica que o historiador deve estudar a sociedade, e através dêste tipo de estudo, melhor entender as ações dos indivíduos. Estudar só os homens de destaque e não suas sociedades não é estudar história.

No capítulo *History, Science and Morality* Carr cita cinco argumentos por parte de cientistas, que afirmam não ser a história uma ciência. Os argumentos são os seguintes: (1) a história trata exclusivamente o singular, mas a ciência o geral; (2) a história não ensina lições; (3) a história é incapaz de prever; (4) a história é necessariamente subjetiva, por ser o homem o objeto de observação; (5) a história, ao contrário da ciência, se envolve em assuntos de religião e moralidade. (p. 62). Além de mostrar que essas objeções não têm fundamento, o autor também demonstra que o papel da história como ciência é muito mal entendido atualmente.

Causation in History é um outro capítulo que vale salientar, sendo que Carr considera o estudo de história como realmente um estudo de causas. A pesquisa histórica deve ser feita em função da pergunta "porque"? O autor trata dos tópicos contravertidos de determinismo e livre arbítrio, responsabilidade moral e causa, mas sempre à luz da pesquisa histórica. História "por acaso", e o "inevitável" também são assuntos que Carr desenvolve nesse capítulo, a multiplicidade de causas sendo um fator que necessariamente deva entrar na discussão.

"But the historian, in virtue of his urge to understand the past, is simultaneously compelled, like the scientist, to simplify of his answers, to subordinate one answer to another, and to introduce some order and unity into the chaos of happenings and the chaos of specific causes" (p. 91).

A duas citações a seguir resumem bem o tema central de *What is History?*

"The past is intelligible to us only in the light of the present; and we can fully understand the present only in the light of the past. To enable man to understand the society of the past, and to increase his mastery over the society of the present, is the dual function of history" (p. 55).

"Only the future can provide the key to the interpretation of the past; and it is only in this sense that we can speak of an ultimate objectivity in history. It is at once the justification and the explanation of history that the past throws light on the future, and the future throws light on the past" (p. 123).

VICTOR VALLA

* *

*

COX (Harvey G.). — *On Not Leaving It to the Snake*, The Macmillan Company, New York, 1967.

Atualmente, Harvey Gallagher Cox Jr., é professor associado da cadeira de "Igreja e Sociedade" na *Divinity School* da Universidade de Harvard. E', também,

associado de pesquisa da *Harvard University Program on Technology and Society*. No início de 1970, o Professor Cox visitou São Paulo e o Rio de Janeiro, quando a tradução para o português do seu livro mais recente foi posta à venda para o público brasileiro (*Que a Serpente Não Decida Por Nós*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970).

On Not Leaving It the Snake continua na mesma linha de pensamento do livro anterior de Cox, *The Secular City*, onde o autor descreve a necessidade da Igreja Cristã tornar-se mais secular e deixar de lado tudo que se relaciona com superstição e mistificação. Embora o assunto em si defira, parece dominar o tema básico do homem livrando-se de uma excessiva dependência de Deus e tornando-se mais responsável por suas decisões.

No Capítulo I, *The Death of God and the Future of Theology*, Cox explica que o ditado popular "Deus é morto", simplesmente indica o colapso de uma visão antiquada de Deus e abre a possibilidade de descobrir o Deus que espera do homem a responsabilidade pelo seu próprio destino na terra. Ao apresentar sua explicação, Cox volta para o Velho Testamento como fonte e provas das suas idéias "radicais". Segundo Cox, o Deus do Velho Testamento e o Cristo do Novo, tentavam livrar o homem da sua absoluta dependência aos ídolos, e ao mesmo tempo, encorajar o homem a assumir seu papel, isto é, ser responsável por seu próprio destino.

Desde que o homem atualmente vive numa sociedade secular, o autor sugere que os cristãos se identifiquem mais com essa sociedade e colaborem na determinação do próprio destino desta sociedade. Cox compara as tentativas de evitar esta colaboração a Adão e Eva censurando a serpente pelo seu fracasso.

As implicações práticas do trabalho do Professor Cox encontram-se dentro das novas formas de ação cristã que estão surgindo em várias partes do mundo. Cox cita como o exemplo mais óbvio a preocupação de muitos cristãos para com a justiça social e a necessidade de participar da política como maneira de provocar mudanças na sociedade.

O autor nota que a Igreja está se tornando rapidamente uma minoria num mundo secular, mudança que traz consigo tarefas menos onerosas, mas, também, menos privilégios. O autor prevê que uma revolução dentro do Cristianismo, muito mais global do que a do século XVI, está surgindo no mundo de hoje, e que a Igreja está perdendo sua imagem de instrutor moral ou de proselitador.

O *Addendum* do livro trata da Alemanha e sua tentativa de fazer reparação pela exterminação nazista de seis milhões de judeus durante a II Guerra Mundial. O Professor Cox salienta o fato do que o Cristianismo deve aceitar muito da culpa pelo genocídio, desde que os cristãos têm sido responsáveis, até certo ponto, pelo avanço do anti-semitismo.

Cox termina seu trabalho comparando o problema dos alemães contemporâneos na luta pela modificação de sua imagem de "assassinos" de judeus perante os Estados Unidos e o povo americano e o problema destes com o racismo.

VICTOR VALLA



SALVADOR (José Gonçalves). — *Cristãos-Novos, Jesuítas e Inquisição*.
Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros. Editôra da Universidade de
São Paulo. 1969. 222 páginas.

Esta obra é dedicada mais aos historiadores e especialistas em sociologia, isto porque, nela encontramos figuras de destaque de nossa história envolvidas no processo inquisitorial.

Como o próprio título indica, trata-se de um estudo sôbre os cristãos-novos, jesuítas e Inquisição no Brasil, tendo como destaque as capitânicas do sul, no período compreendido entre 1530 e 1630.

Se algumas obras foram escritas quanto a presença de cristãos-novos no Brasil, estas se detiveram em analisar as capitânicas do norte, onde a documentação é mais abundante.

Nêste livro, procura o autor mostrar a influência dos mesmos nas regiões sulinas.

A primeira parte do livro compõe-se de um estudo dos cristãos-novos e seu ingresso nas ordens religiosas.

Para tanto procura, na introdução, caracterizar a situação dos judeus. Faz um retrospecto histórico dêste povo, sua instalação na Europa e principalmente na Península Ibérica.

Com o estabelecimento do Santo Ofício, mostra as dificuldades passadas, as artimanhas realizadas para compra de títulos, a comprovação da "limpeza de sangue", assim como as perseguições sofridas e os castigos impostos.

O professor Salvador não se preocupa em mostrar o porquê da Inquisição, ou qual o papel importante exercido por ela na sociedade.

Todo o livro é baseado em pesquisas, com um documentário de grande importância.

Quando encontramos uma afirmação como, por exemplo, dos altos cargos ocupados pelos judeus, quer nas ordens religiosas quer como pessoas influentes dos reinos, procura o autor dar além dos personagens, a sua origem, isto é, sua árvore genealógica. Elimina, desta forma, qualquer traço de dúvidas.

Quanto às ordens religiosas há necessidade de destacar a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, o qual era descendente de família judaica (p. 126).

Permitiu a Ordem levá-los a um entendimento com a doutrina cristã, onde de certa forma procurou catequisá-los. Em poucos anos conseguiram altos postos, chegando mesmo a posições de alto nível.

A rivalidade com a ordem dos Dominicanos é um campo vasto para as pesquisas. Êstes diziam jocosamente que os nobres buscavam os dominicanos enquanto os judeus os jesuítas.

No capítulo IV trata dêste assunto, dando uma idéia nítida do número elevado de cristãos-novos na Companhia de Jesus.

No Brasil encontramos no grupo pioneiro de jesuítas, José de Anchieta, que carregava em suas veias uma parcela de sangue judeu, conforme pesquisa elaborada (p. 140).

Vários nomes são citados, famílias como a dos: Coutinho, Vale, Mendes da Silva, Caldeira Ximenes, Gomes da Costa, Rodrigues e uma série de outras que aparecem no decorrer da obra.

O Autor apresenta uma documentação farta, com fontes manuscritas, impressas, bibliografia, índice onomástico, facilitando desta forma as pesquisas futuras.

E' um trabalho que carece, talvez, de maior meditação e de interpretação, pois nos pareceu sempre mais voltado para a simples descrição. Isto não quer dizer que o Autor não tenha dado excelente contribuição ao estudo das ordens religiosas e do papel do elemento judeu na vida brasileira.

E', enfim, a obra de interesse para todo estudioso do período.

EDNA RODRIGUES OKAY

* *
*

MACHIAVEL (Nicolas). — *O Príncipe*. Editôra Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1969. Tradução de Roberto Grassi.

Publicado em 1532, desde então se tornou *O Príncipe* (ou melhor, *Do Principado*), de Maquiavel, um dos livros mais famosos e contravertidos do mundo. É que, esteando-se em observações hauridas na experiência contemporânea e no estudo da história, em contraposição com os tratadistas que se arrimavam na ética racional e nas Escrituras Santas, *O Príncipe* representou, na política da época, revolução idêntica à que, um século mais tarde, operaria, na filosofia, o *Discurso do Método*, de Descartes. Assim como êste sacudiu o jugo da autoridade escolástica, fazendo da observação a base do conhecimento científico e filosófico, *O Príncipe* desprende as normas políticas das concepções teológicas, vindas da Idade Média, para transformá-las em simples frutos da observação direta e quotidiana, considerando a arte de governar sob prisma exclusivamente objetivo e realístico. Foi o que Bacon salientou ao frisar que Maquiavel se limitou a registrar, no *Príncipe*, o que os soberanos faziam e não o que deveriam fazer. Depois de haver sido indutiva com Aristóteles, passara a política, da Idade Média, a ser fantasista, entregando-se à construção de meros entes de razão, sem raízes no mundo real, de acôrdo com o exemplo de Platão em sua *República*. Maquiavel reagiu contra êsse predomínio da imaginação sôbre a observação.

Assim como Leonardo Da Vinci praticava, em seu tempo, as ciências experimentais, avaliando-lhes o poder e prevendo-lhes o portentoso futuro, Maquiavel praticou, em política, verdadeiro positivismo científico, ao baseá-la na experiência e na observação. Ligando a causas puramente naturais a explicação dos acontecimentos políticos, tornou-se um precursor de Montesquieu ao ver nêlas a resultante das relações necessárias que a natureza das coisas estabelece entre os homens. E também precedeu a Augusto Comte na fundação de uma ciência que está, para os fatos políticos, como a física para os fenômenos naturais.

Afastando de suas cogitações qualquer concepção teológica acêrca do homem e da sociedade, Maquiavel introduz o método positivo na apreciação das realidades sociais. Estuda o aparecimento das formas políticas, as causas internas e externas de sua decadência e procura desvendar as leis que, através do mundo antigo e moderno, lhes determinam o nascimento e o declínio. Erro freqüente é supor-se

haja Maquiavel preconizado a imoralidade política. Se, por vêzes, êle conclui que os governos devem necessariamente agir com crueldade e perfídia, exprime, todavia, seu pesar ao verificar que, nem sempre, podem conservar-se pelos meios aprovados pela moral. Sendo o objetivo do Estado a sua segurança e engrandecimento, pode e deve o Príncipe, que o encarna, infringir os preceitos morais nas relações internas e internacionais, considerando lícito tudo quanto favorece o governo, porque — frisava êle — “os regimes não se mantêm com padres-nossos...”. Não via, na política, senão um jôgo de fôrças, no qual todos os meios de luta são bons e louváveis, porque se trata de defender, proteger e salvar o Estado, único abrigo de que jamais tenham os homens criado para a defesa de seus bens materiais e espirituais. “Se os homens fôsem melhores — adverte mais uma vez — não precisaríeis da fôrça nem da fraude”.

A presente tradução é devida ao Prof. Roberto Grassi, que procurou respeitar, tanto quanto possível, o estilo e a forma de Maquiavel, apegando-se o mais que pôde ao original. Para isto consultou textos existentes na Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo, visando a uma tradução realmente fiel, tarefa difícil, por ter o autor escrito em 1513, isto é, em plena Renascença, quando o italiano ia paulatinamente destacando-se da língua mãe — o latim — e dos barbarismos nêle introduzidos nos séculos em que se deu a decadência do Império e, depois, nos agitados tempos medievos.

IVAN LINS

* *
*

La Russie et l'Europe (XVIe-XXe siècles). S.E.V.P.E.N. École Pratique des Hautes Études. VIe Section. Coleção “Bibliothèque Générale”. Institut d'Histoire Universelle de l'Académie des Sciences de l'U.R.S.S. Paris. Moscou. 1970. 326 pp. 35,00 F.

Esta obra reúne onze artigos consagrados às relações comerciais, militares, econômicas e culturais entre a Rússia e a Europa desde o século XVI até a I Guerra Mundial. É o resultado de um acôrdo de dupla publicação concluído entre a Academia das Ciências da U.R.S.S. e a Escola Prática de Altos Estudos, representado pelos professôres Fernand Braudel, M. Ferro, A. A. Gouber, A. Z. Manfred e R. Portal.

São os seguintes os artigos publicados:

G. Zordanija, Os primeiros mercadores e navegadores franceses na região marítima da Rússia setentrional. A origem das relações comerciais e diplomáticas franco-russas.

S.M. Troickij, O “sistema” de John Law e seus continuadores russos.

V. G. Sirotkin, A renovação em 1802 do tratado de comércio franco-russo de 1787.

S. S. Dimítiev, A viagem agrônômica do professor Ya. A. Linovski em França em 1842-1844.

- T. D. Krupina*, A Rússia, a França e as relações econômico-militares entre os Aliados durante a I Guerra Mundial (1914-início de 1917).
- Chantal Lemercier-Quelquejay*, Um "condotieri" lituano do século XVI, o príncipe Dimitrij Visneveckij e a origem da *Sec Zaporogue* segundo os Arquivos otomanos.
- Simone Blanc*, Tatischev e a prática do mercantilismo.
- Michel Cadot e Jean-Louis van Regemorter*, O comércio exterior da Rússia em 1784 segundo o jornal de viagem de Baert du Hollant.
- Fernand Braudel*, Cartas do cônsul da Rússia em Leipzig, J. C. Facius ao Presidente do Colégio dos Negócios Exteriores (1798-1800).
- Giovanni Levi*, Os projetos do governo sardo sobre as relações econômicas com a Rússia no fim do século XVIII.
- Alexandre Bennigsen*, A Rússia do XVIII século nos Arquivos do Império otomano.

E. S. P.

* *

Au siècle des Lumières. S.E.V.P.E.N. École Pratique des Hautes Études. VIe Section. Coleção "Bibliothèque Générale". Institut d' Histoire Universelle de l'Académie des Sciences de l'U.R.S.S. Paris. Moscou. 1970. 309 pp. 35,00 F.

A edição desta publicação coletiva, que compreende treze artigos consagrados aos diversos aspectos do Século das Luzes e de suas repercussões na época revolucionária, foi objeto de uma dupla publicação pela Academia das Ciências da U.R.S.S. e a Escola Prática de Altos Estudos, representado por Fernand Braudel, M. Ferro, A. A. Gruber, A. Z. Manfred e R. Portal.

Os artigos são os seguintes:

- Michèle Duchet*, Mundo civilizado e mundo selvagem no Século das Luzes, os fundamentos da antropologia dos Filósofos.
- Edna Lemay*, Nascimento da antropologia social na França: Jean-Nicolas Démeunier e o estudo dos usos e costumes no século XVIII.
- Daniel Roche*, Um sábio e seus livros no século XVIII.
- Michel Launay*, Jean-Jacques Rousseau, escritor político.
- Jean Ehrard*, Luzes e romance, ou os paradoxos de Denis le Fataliste.
- Mona Ozouf*, De Thermidor a Brumário: os discursos da Revolução sobre ela própria.
- L. S. Gordon*, O tema de Mandrin, "o bandido nobre" na história das idéias em França antes da Revolução.
- G. S. Kucerenko*, Jean Meslier e o materialismo francês no século XVIII.
- B. F. Porsnev*, Meslier, Morelly, Deschamps.
- H. N. Momdz'an*, A dialética na visão do mundo de Diderot.
- I. I. Sivolap*, Voltaire e o papel social do escritor.
- A. R. Ioannisjan*, François Boissel e a idéia socialista durante a Revolução francesa.
- V. M. Dalin*, Babeuf e as idéias de Rousseau.

E. S. P.

* *
*

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL. Petrópolis. 1940-1959. 20 números.

Ao ensejo do aparecimento simultâneo de dois novos volumes (19 e 20) do *Anuário do Museu Imperial*, julgamos oportuno ressaltar a importância e o interesse, para os estudos históricos, das publicações da grande instituição petropolitana. Embora possa ser considerado um dos mais importantes museus do Brasil, pelo valor de seu acervo, o Museu Imperial de Petrópolis é um dos mais novos, pois data de 1940. Pelos decretos de 3 de fevereiro e 27 de novembro de 1939, o governo fluminense, então dirigido por Amaral Peixoto, autorizou a aquisição do denominado "Parque Imperial" de Petrópolis, para que nele fôsse instalado o Museu Imperial, criado pelo decreto federal de 29 de março do ano seguinte.

O palácio de Petrópolis, residência de verão da família imperial brasileira, esteve ocupado durante os primeiros cinquenta anos do período republicano por dois educandários petropolitanos, primeiro o Colégio de Sion e posteriormente o Colégio São Vicente de Paulo. Este permaneceu no próprio imperial por algum tempo mesmo após a instalação do museu.

Criada a instituição como patrimônio nacional e subordinado diretamente ao Ministério da Educação, foi o Museu Imperial entregue à direção de Alcindo Sodrê, médico e escritor, nascido no Rio Grande do Sul, mas havia muito radicado em Petrópolis, autor de importantes trabalhos de investigação histórica sobre a "cidade imperial". Coube a Alcindo Sodrê a importante tarefa de organização do museu, contando, para tanto, com dedicada e competente colaboração de alguns auxiliares, dentre os quais manda a justiça se nomeie o Prof. Lourenço Luís Lacombe, a quem cabe hoje a responsabilidade da direção do museu. Com o falecimento de Alcindo Sodrê em 1952, passaram pela direção do museu Paulo Cordovil Maurity (1952-54), Francisco Marques dos Santos (1954-67) e desde 1967 o Prof. Lacombe. Dirigiu, ainda, o museu, por um período de seis meses de afastamento do diretor efetivo, chamado a ocupar a prefeitura de Petrópolis, o sr. Luis Afonso d'Escragnolle.

Dentre as finalidades do novo instituto, ficara então estabelecida, pelo próprio decreto que criou, a de "pesquisas, conferências e publicações sobre os assuntos da história nacional em geral e de modo especial sobre os acontecimentos e as figuras do período imperial, assim como da história do Estado do Rio de Janeiro e, particularmente, da cidade de Petrópolis". Assim, além da parte de mostruário, visitada diariamente por professores, estudantes e turistas de todo o Brasil e do exterior, seus organizadores procuraram dotar o museu de importantes elementos de trabalho para a pesquisa histórica. Em prédio recém-construído, sem sacrifício, portanto, das dependências destinadas à visitação pública, estão instalados arquivo e biblioteca. O arquivo, um dos mais importantes do país, contém documentação que abrange desde o século XIII ao primeiro quartel do século XX. Mais de sessenta mil documentos que integravam o arquivo do Castelo d'Eu, e ofertados ao museu pelos descendentes de D. Pedro II, constituem sua maior parte; o restante, incluindo-se as seções diplomática e monográfica, compreende ainda a história de Petrópolis. A biblioteca, de modo geral, é especializada em História do Brasil, particularmente em história do primeiro e segundo reinados, sobressaindo-se, entre os seus quatorze volumes, os que integravam a biblioteca particular de D. Pedro II. Além de escolhida "brasileira", em que se destacam obras de viajantes estrangeiros do século passado e algumas edições originais, há numerosas coleções de obras técnicas referentes à museologia. Possui,

ainda, o Museu Imperial excelente auditório para cerca de trezentas pessoas e utilizado para conferências e concertos.

Para a plena consecução de seu objetivo como instituto de estudo e pesquisa fazia-se mister, tal como foi prevista, no decreto que o criou, uma publicação periódica. Nasceu, assim, o *Anuário do Museu Imperial*, cujo primeiro número apareceu no mesmo ano da instalação do museu e da qual, até o momento, vinte volumes já foram dados à estampa. Volumes magnificamente impressos, profusamente ilustrados e distribuídos gratuitamente aos interessados. Dificuldades econômicas, como ocorre com freqüência no Brasil quando se trata de coisas de cultura, são responsáveis pelo atraso de dez anos em que se encontra o Anuário. Com efeito, o último volume, que acaba de ser distribuído, corresponde a 1959. Conhecemos o problema, e justamente porque o conhecemos, é que louvamos os esforços do atual diretor no sentido de, tanto quanto possível, pôr em dia tão valiosa publicação. Além do *Anuário*, o Museu editou algumas valiosas publicações avulsas: *Pinacoteca do Museu Imperial*, *Iconografia petropolitana* e *A cidade de Petrópolis*, além de catálogos e guias do museu. O volume *A cidade de Petrópolis*, publicado em 1957, enfeixa, num só livro, a reedição de quatro obras raras: a *Viagem pitoresca a Petrópolis*, de Carlos Augusto de Taunay; *Doze horas em diligência: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*, de Revert Henry Klumb; *Petrópolis: guia de viagem*, de José Nicolau Tinoco de Almeida e *Os estabelecimentos úteis de Petrópolis*, de Tomás Cameron, publicados, pela primeira vez, respectivamente em 1862, 1872, 1885 e 1879. Merece destaque especial o guia de viagem de Klumb, pela Estrada União e Indústria, documento único na história dos transportes no Brasil. Apresentaremos, a seguir, o sumário dos vinte volumes até agora publicados do *Anuário do Museu Imperial*.

Volume 1, 1940: D. Pedro II em Petrópolis (Alcindo Sodré); Nobreza brasileira (Américo Jacobina Lacombe); O leilão do Paço de São Cristóvão (Francisco Marques dos Santos).

Volume 2, 1941: D. Pedro II — aspectos de sua personalidade (Wanderley Pinho); D. João VI, a transmigração da família real portuguesa e a colonização do Brasil no jornal "O Conciliador do Reino Unido", do Visconde de Cairú (Hélio Viana); As duas últimas festas da monarquia: bodas de prata de SS. AA. imperiais e o baile da Ilha Fiscal — memória inédita do Eng.º Adolfo José Del Vecchio, construtor da Ilha Fiscal (Francisco Marques dos Santos); A elevação de Petrópolis à cidade (Mesquita Pimentel); Imperatriz Amélia (Alcindo Sodré); Uma cerimônia na côrte de 1864 (Lourenço L. Lacombe); Louça da Companhia das Índias (Alfredo Teodoro Rusins); O Palácio Imperial de Petrópolis; Arquivo do Museu Imperial.

Volume 3, 1942: Cartas do Barão de Taunay a Pedro II, A "Mima" de Gobineau (Afrânio Peixoto); Centenário dos primeiros selos do Brasil (Roberto Thut); Varnhagen no Paraguai; Uma caçada de antas em Petrópolis (Clado Ribeiro de Lessa); Porcelanas da Casa de Bragança (Gastão Penalva); Memorial do Rio de Janeiro (Ferreira da Rosa); O Conde da Barca (I. M. de Loreto O. P.); D. Pedro, chefe de Estado (Alcindo Sodré); Ligeiras notas sobre leques (Nilza Botelho).

Volume 4, 1943: D. Pedro e a língua tupí (Rodolfo Garcia); Rio Branco (Levi Carneiro); A educação de Pedro II (Alberto Rangel); "Rosa Amélia" (Afrânio Peixoto); Famílias pernambucanas (Guilherme Auler); Acheugas ao

armorial brasileiro (José Heitgen); Louças impériaes (Alcindo Sodré); Vidros e cristais (Fortunée Lery); Contribuição para o estudo da ourivesaria no Brasil (Haydée di Tommaso Bastos).

Volume 5, 1944: A Condessa de Barral (Américo Jacobina Lacombe); O dragão, símbolo heráldico (David Carneiro); Quando a família imperial visitou Pernambuco (Mario Sette); Primeiras medalhas conferidas por Pedro II (Francisco Marques dos Santos); Os célebres "Gobelins" "Teinture des Indes" (Joaquim de Souza Leão Filho); Sinetes (José Heitgen); Objetos históricos brasileiros na cõrte da Suécia (Alcindo Sodré); O casamento de Pedro II (Alfredo Teodoro Rusins); Arquivo do Museu Imperial (Lourenço L. Lacombe).

Volume 6, 1945: Relação dos baronatos (Escragnolle Dória); Paracatú do Príncipe (Afonso Arinos de Melo Franco); O Visconde do Uruguai e a consolidação da ordem pública (Paulino Soares de Souza Neto); Pedro II no Rio Grande do Sul (Walter Spalding); A presidência do Rio de Janeiro em 1842 (H. C. Leão Teixeira Filho); Quelques notes sur la langue tupi (A. Lemos Barbosa); Um médico da monarquia (Alcindo Sodré); Algumas notas sôbre miniaturas no Brasil (Haydée di Tommaso Bastos); Folhinha Nacional Brasileira (Paulo Olindo de Oliveira); Arquivo do Museu Imperial (Lourenço L. Lacombe).

Volume 7, 1946: Os mestres do Imperador (Rodolfo Garcia); Excursões de D. João na Capitania do Rio de Janeiro (Laurênio Lago); Raimundo Augusto Quinsac de Monvoisin (David James e Francisco Marques dos Santos); A aristocrática rural do café na província fluminense (Alberto Ribeiro Lamego); O Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX (Gastão Cruls); Santo Antônio do Recife (Robert C. Smith); A propósito da Condessa Belmonte (Manuel Inácio Cavalcanti de Albuquerque); Música brasileira (Maciel Pinheiro); O grito do Ipiranga na concepção dos artistas (Alcindo Sodré); Vitor Meireles e Pedro Américo (Mario da Silva Cruz); A educação das princesas (Lourenço L. Lacombe).

Volume 8, 1947: Voyage au haut Nil (Pedro II); Titulares pernambucanos (Guilherme Auler); Nascimento, desenvolvimento e grandeza de Petrópolis (Carlos Maul); Cartas da Imperatriz Leopoldina (Berta Leite); Pedro II e os intelectuais portugueses (Alcindo Sodré); Em tórno das Ordens de Pedro I e da Rosa (Haydée di Tommaso Bastos); Carlos Gomes e Pedro II (Luís Afonso d'Escragnolle); Pedro II através de suas cartas aos filhos (Lourenço L. Lacombe).

Volume 9, 1948: Cartas de Pedro II ao Barão Taunay; Um passeio a Petrópolis com Marc Ferrez (Gilberto Ferrez); Duas velhas danças gauchas (Silvio Júlio); Fazendeiros e fazendas de Serra Acima (Frei Estanislau Schaette); Cartas anônimas à família imperial (Otávio Aires); Fardamentos imperiais (Alcindo Sodré); O Rio de Janeiro de antanho na iconografia do Museu Imperial (Mario Cruz); Casamento de D. João VI (Lourenço L. Lacombe); Um salão do primeiro reinado (Alcindo Sodré); Cartas de Varnhagem a Pedro II.

Volume 10, 1949: Xícaras antigas (Antônio de Avelar Fernandes); Brazões da aristocracia goitacá (Alberto Lamego); Uma preciosidade de Sèvres (Jacques Kugel); Visita de Pedro II à Cachoeira de Paulo Afonso (Alcindo Sodré); Rui Barbosa anotado por Pedro II (Alcindo Sodré); O primeiro braço de armas do Brasil (Hélio Viana); Rui Barbosa e o Imperador (Lourenço L. Lacombe); Pedro II e o Conselheiro Dantas; Cartas de bispos da Pedro II.

Volume 11, 1950: Fardas do Reino Unido e do Império (J. Wasth Rodrigues); Notável documento da história política do Império (Hélio Viana); Datas de falecimentos de Conselheiros de Estado do Império (Laurênio Lago); Titulares pernambucanos (Guilherme Auler); Visitas dos Imperadores à Bahia (Alcindo Sodré); O tronco da família Nabuco de Araújo (Lourenço L. Lacombe); Diário do Príncipe de Joinville (Lourenço L. Lacombe); O Arquivo do Museu Imperial (Alcindo Sodré); Cartas de Gonçalves Dias a Pedro II.

Volume 12, 1951: Memória biográfica de Cairú (Hélio Viana); André Lamas em Petrópolis (Alcindo Sodré); Cartas do Visconde do Rio Branco; Diário do exército.

Volume 13, 1952: Um dia de gala no primeiro reinado (Alcindo Sodré); O Imperador do Brasil e seus amigos da Nova Inglaterra (David James);

Volume 14, 1953: A ação política do Conselheiro Jobim (Alcindo Sodré); A família imperial do Brasil (José Schiavo).

Volume 15, 1954: D. Pedro II e a poesia popular (Walter Spalding); A queda da monarquia vista pela legação americana no Rio de Janeiro (M. S. Cardoso); Henrique Oswald (Luís Heitor); Diários, cardenetas e apontamentos de viagem de D. Pedro II (Hélio Viana); Acréscimos e retificações ao Arquivo Nobiliárquico (Laurênio Lago); Arquivo do Museu Imperial.

Volume 16, 1955: Cartas de D. Pedro II a Manzoni (Lewis Gordon); Ainda sobre a "Teinture des Indes" (J. de Souza Leão); Viagem do Príncipe Maximiliano ao Brasil em 1860 (Francisco Marques dos Santos); Vicissitudes da primeira estrada de ferro brasileira (Claudio Ganns); Índice dos volumes 1 a 15 do Anuário.

Volume 17, 1956: Diário de D. Pedro II referente a 1862 (notas de Hélio Viana).

Volume 18, 1957: A Ordem de Malta e o Brasil imperial (João Hermes Pereira de Araújo); Diário da viagem do Imperador a Minas, 1881 (notas de Hélio Viana); As duas visitas do Príncipe Alfredo, Duque de Edimburgo, ao Rio de Janeiro (Francisco Marques dos Santos); Ascendência e descendência de D. Arcângela, irmã do Padre Correia (Carlos Grandmasson Rheingantz).

Volume 19, 1958: O Palácio de Cristal (Lourenço L. Lacombe); Índice da "Nomenclatura urbana de Petrópolis" (Maria de Lourdes de Melo); Bibliografia petropolitana (Geraldo de Abreu Camargo); Medalhas de Petrópolis (Luís Afonso d'Escragnolle).

Volume 20, 1959: A realidade política do município (Prado Kelly); D. Pedro II e a Província do Paraná (introdução e notas de Francisco Marques dos Santos); Gobineau estatutário (Francisco Marques dos Santos); François Gonaz (apresentação e notas de Francisco Marques dos Santos).

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

SIMONSEN (Mário Henrique). — *Brasil 2001*. APEC Editôra, S. A., Rio de Janeiro, 1969.

Mário Henrique Simonsen situa o objetivo do seu mais recente estudo nas primeiras linhas da introdução: "...examinar as condições para que o Brasil escape às previsões do *Hudson Institute*, as quais nos vaticinam crescente atraso em

relação à renda per capita dos países mais prósperos” (p. 5). O autor apresenta uma análise que leva à conclusão de que as previsões do *Hudson Institute* não são necessariamente inevitáveis, mas que o Brasil só poderá esperar um futuro mais otimista no ano 200, se “racionalidade” e “esfôrço” forem as linhas que guiarão sua programação.

O livro poderia oferecer algumas dificuldades para os estudiosos que não possuem conhecimento sólido dos princípios de economia. Além de cinco apêndices, aos quais o autor constantemente se refere, Simonsen incorpora, aos vários capítulos, algumas tabelas que exigem uma certa formação econômica por parte dos leitores.

Mesmo assim, muitos aspectos do trabalho serão de grande valia para os estudantes de problemas brasileiros. O que principalmente caracteriza o estudo de Simonsen é o tratamento sensato e lógico dos problemas que tendem a superar as barreiras ideológicas. Pode ser que alguns estudiosos do Brasil econômico discordem da apresentação do autor a respeito, do ponto de vista estruturalista, mas é difícil não reconhecer as conclusões lógicas apresentadas no Capítulo I (As Previsões do *Hudson Institute*), Capítulo IV (A Aritmética dos Coeficientes), Capítulo VIII (O Problema Educacional), e Capítulo X (O Desafio do Desenvolvimento).

Adeptos da história contemporânea do Brasil possivelmente acharão útil o Capítulo II, pois trata do período de 1920 à 1967. (A Experiência Brasileira do Desenvolvimento). O papel da história como instrumento para entender o subdesenvolvimento do Brasil é bem refletido na seguinte passagem deste capítulo:

“Entre 1920 e 1967 o produto real cresceu, em média de 4,8% ao ano, a agricultura se expandindo de 4,1% anuais, a indústria de 6,1%, o comércio de 5,0%, os transportes e comunicações de 7,2% ao ano. Tendo em vista que em boa parte desse período ainda não se praticava o culto do desenvolvimento, e que no decênio de 1930 o mundo esteve mergulhado na Grande Depressão, êsse foi um resultado bastante satisfatório. Em matéria de crescimento da renda real per capita a taxa foi menos brilhante — 2,3% ao ano, em média — devido à nossa tradicional explosão demográfica. Contudo, no confronto com a maioria dos países, essa taxa representou uma média razoável para os últimos cinquenta anos. Isso mostra que o nosso atraso em relação às nações desenvolvidas não se acumulou no presente século, mas foi herança dos séculos anteriores” (p. 38-39).

Especialmente esclarecedor é o estudo a respeito do problema populacional do Brasil. Simonsen apresenta o que êle considera as quatro razões de apóio que, historicamente, têm sido citadas a fim de incentivar a criação de uma grande população nacional. Depois de demonstrar porque discorda de cada uma das razões, o autor explica porque um acelerado crescimento demográfico poderia ser uma contribuição negativa para uma renda per capita maior. O argumento do autor merece atenção e oferece objeções a idéias que, tradicionalmente, têm sido aceitas sem um debate adequado.

Possivelmente o tópico mais universal para aqueles preocupados com o Brasil contemporâneo é o problema educacional. Simonsen aborda o problema com alguns pontos de vista novos, mostrando que o aumento de verbas governamentais não seria a única maneira de fornecer instrução adequada em todos os ní-

veis acadêmicos. Ele argumenta que, mesmo se o problema de excedentes nas Universidades fôsse solucionado, um problema maior restaria resolver: a falta de emprêgos. Mais importante do que fornecer vagas para todos os vestibulandos, segundo o autor, é oferecer vagas em faculdades onde, depois de terminar os estudos, o formando teria um mínimo de segurança de encontrar um emprêgo correspondente à sua profissão.

No capítulo final (O Desafio do Desenvolvimento), Simonsen rapidamente sintetiza os processos desenvolvimentistas de cinco países. Sem entrar em consideração ideológicas, afirma que todos êses processos apoiaram-se em três pontos básicos: poupança, educação, racionalidade econômica e administrativa.

O autor termina apresentando o que êle considera os cinco problemas básicos a serem resolvidos no Brasil, se o país escapar do "círculo vicioso de pobreza relativa".

VICTOR VALLA